



Por uma Melhor Gestão da Coisa Pública

Visita de estudos de Auditores do TCCV ao
Tribunal de Contas de Portugal



Uma equipa de quatro auditores afectos á área da fiscalização preventiva do TCCV, a saber, Alice Fonseca, Ana Amado, Natália Bentub e António Gonçalves, deslocou-se a Portugal de 25 a 31 do corrente mês para uma visita de estudos. Durante a sua estada naquela congénere portuguesa os Auditores do TCCV tiveram a oportunidade de conhecer a experiência do TCP na área da fiscalização concomitante no que respeita aos procedimentos, actos e contratos legalmente sujeitos, especificando a fiscalização dos contratos de empreitada de obras públicas, verificar in loco a interacção da área da fiscalização concomitante com as demais áreas de actuação do TCP, nomeadamente a prévia e sucessiva, Identificar as áreas prioritárias a serem fiscalizadas, contextualizadas de acordo com os desafios financeiros actualmente apresentados, de entre outras. A missão visou, nomeadamente, proporcionar aos auditores do TCCV, o conhecimento de outras realidades em matéria de fiscalização concomitante, para melhor os capacitar para o exercício futuro das suas funções, e verificar in loco a interacção da área da fiscalização concomitante com as demais áreas de actuação do TCP, nomeadamente a prévia e sucessiva. **A referida viagem foi financiada pela União Europeia e administrada pelo PNUD.**

Reunião da Comissão Técnica da OISC- CPLP

A Directora dos Serviços Administrativos e Financeiros do TCCV, Dra. Iolanda Fortes, participou entre os dias 02 e 04 de Junho na reunião da Comissão Técnica da Organização das Instituições Superiores de Controlo (OISC) da CPLP em Lisboa, isto no quadro da preparação da VIII Assembleia Geral das Instituições Superiores de Controlo da CPLP, a ter lugar em Setembro próximo em Brasília. Durante o referido encontro foram discutidos aspectos ligados ao acompanhamento do Plano Estratégico da Organização, ao projecto de Regulamento do Concurso de Monografias da OISC/CPLP, á publicação da OISC/CPLP para divulgação de legislação, artigos e atos das instituições membros, e á utilização do Orçamento da OISC/CPLP, respeitando o disposto no capítulo X do Estatuto.

Estudantes do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais visitam o Tribunal de Contas.



No passado dia 06 Junho, um grupo de estudantes da licenciatura em Ciências Políticas e Administração do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, visitou o Tribunal de Contas. Foram recebidos na sala de sessões pelo Senhor Presidente do Tribunal, pelos Senhores Juizes Conselheiros, Senhor Procurador e Directora dos Serviços Técnicos, para uma apresentação relativa a organização, competências e funcionamento do Tribunal de Contas, a que se seguiu uma sessão de perguntas e esclarecimentos sobre as actividades da Instituição.

Jornadas de Reflexão Técnica do TCCV

Apresentação e socialização do Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2011. As Jornadas de reflexão técnica, do mês de Junho, tiveram como tema único, “Apresentação e Socialização do Parecer sobre a Conta Geral do Estado referente ao ano de 2011.” A apresentação esteve a cargo dos Auditores afectos áquele grupo de trabalho, a saber: **Maria Jesus Andrade:** Coordenadora e relatora dos Capítulos Dívida Pública e Segurança Social; **Sheila Costa:** Técnica e relatora dos capítulos Processo Orçamental e Receita; **David Rocha:** Técnico e relator dos capítulos despesa e Subsídios, benefícios fiscais, créditos e outras formas de apoios concedidos pelo Estado; **Sónia Correia:** Técnica e relatora dos capítulos Património e Tesouraria.

Tribunal em Sessão Plenária

O Plenário do Tribunal de Contas reuniu-se no passado dia 12 do corrente para apreciar o Relatório de Actividades da Instituição referente ao ano de 2013 e bem assim aprovar o Plano de actividades para o ano de 2014. O Relatório de Actividades descreve as actividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas no decorrer do ano de 2013, tendo a Instituição alcançado neste período resultados importantes, decorrentes das acções desenvolvidas no quadro dos objectivos traçados no seu Plano Estratégico de Desenvolvimento. No que toca ao Plano de Actividades o mesmo estabelece as orientações necessárias para a actualização das acções constantes nos Planos Estratégico e Operacional da Instituição, para o próximo ano.

Reflexão sobre a Actual Estratégia do Controlo Prévio

De 24 a 27 de Junho terá lugar uma Reflexão Sobre a Actual Estratégia do Controlo Prévio destinado aos técnicos da área da fiscalização prévia e coordenadores das áreas da fiscalização sucessiva. Promovido no quadro do Projecto de Apoio Institucional ao Tribunal de Contas para o Reforço da Capacidade Fiscalizadora da Máquina Pública, financiado pela União Europeia, a mesma será orientada pela Dra. Márcia Vala, Sub-Directora Geral do Tribunal de Contas de Portugal. Como temas principais da referida reflexão, constam : O Controlo Prévio e concomitante – Experiencia do Tribunal de Contas de Portugal” **Dra. Márcia Vala,** Subdirectora Geral do Tribunal de Contas de Portugal; A regulação da contratação pública como instrumento de controlo e a articulação da ARAP com a UGA, UGAC e o TC”, pela **Dra. Carla Sousa,** Presidente da ARAP; “O Endividamento centralizado e Descentralizado”, pela **Dra. Esana Carvalho,** Directora Geral do Tesouro; “O Controlo da Gestão de Recursos Humanos na Administração Publica”, pelo **Dr. Gerson Soares,** Director Geral da Administração Publica.

Caro Leitor,

Neste número do “Alerta” continua-se a tratar a questão da responsabilidade financeira perante o Tribunal de Contas de Cabo Verde, retomando a comunicação do representante do Ministério Público junto da nossa Instituição, Dr. João Pinto Semedo, faz-se referência á apreciação do Relatório de Actividades do TCCV referente ao ano de 2013 e bem assim á apreciação e aprovação do Plano de Actividades para o ano de 2014, á visita de estudos de auditores do TCCV ao Tribunal de Contas de Portugal e bem assim á participação da Sra. Directora dos Serviços Administrativos e Financeiros do Tribunal de Contas na reunião da Comissão Técnica da Organização das Instituições Superiores de Controlo da CPLP, que teve lugar em Lisboa, de 2 a 4 de Junho corrente.

Tenha uma boa leitura,

A Direcção



ACONTECEU

Responsabilidade Financeira perante o
Tribunal de Contas de Cabo Verde



Comunicação proferida pelo Sr. Representante do Ministério Público junto do Tribunal de Contas, Dr. João Pinto Semedo, por ocasião do “II.º Seminário de Socialização/Formação das Instruções de Prestação de contas e do Regulamento Financeiro das Missões Diplomáticas e Consulares”, realizado no pasado mês de Maio, na Praia.

Importância da esponsabilidade financeira e prestação de contas

Nunca, como hoje, se deu uma tão grande importância á noção de responsabilidade, á necessidade de apuramento de responsabilidades e da efetivação da responsabilidade de quem governa e deve agir em nome do bem comum, de quem, na prossecução dessa tarefa, gere e utiliza os dinheiros públicos. É difícil, hoje em dia, conceber uma atividade que tenha alguma importância social ou económica sem que, de uma forma ou de outra, dinheiros públicos estejam envolvidos. Por isso, a utilização de dinheiros públicos deve ser criteriosa e a importância de prestar contas, de responder pela sua utilização, assume uma relevância fundamental, sobretudo no Estado Social de Direito que se baseia no princípio republicano e no respeito pela especial dignidade da pessoa humana.

O sistema de controlo financeiro cabo-verdiano

O controlo interno organiza-se e funciona no interior da gestão financeira do setor público e está integrado nas respetivas estruturas organizatórias e dirigentes; dependendo, em última instância, do seu órgão de cúpula, de tutela, máxime, portanto, do Governo. São competentes para o desempenho do controlo financeiro interno nos termos do artigo 116.º do Decreto-Lei n.º 27/2001, de 19 de Novembro, que define os princípios e as normas relativos ao regime financeiro da Contabilidade Pública: A Inspeção-geral de Finanças (IGF); os órgãos especializados existentes nos departamentos governamentais. Por ex: a Inspeção-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros nos termos do art. 61.º do Decreto-Lei n.º 13/95, de 27 de Fevereiro; o serviço da Contabilidade Pública através dos controladores financeiros.

Controlo externo é a fiscalização da atividade financeira do Estado que se exerce através de um órgão que não se situa no interior da unidade de gestão financeira do setor público; tem poderes sobre a unidade de gestão financeira; é independente, não só de todos os órgãos do Estado e seus titulares, como de qualquer outra estrutura organizatória e dirigente daquele. Em Cabo Verde o controlo financeiro externo compete ao Tribunal de Contas. Por isso o nosso modelo de controlo externo é o modelo jurisdicional.

O Tribunal de Contas é o órgão supremo de fiscalização da legalidade das despesas públicas e de julgamentos das contas que a lei mandar submeter-lhe. (Cf. art. 219/1 CRCV). O controlo jurisdicional exerce-se através da fiscalização preventiva e sucessiva. A fiscalização prévia foi objeto de um pequeno apontamento no artigo publicado na edição anterior.

A **fiscalização sucessiva** traduz-se no julgamento das contas que, por lei, são submetidas á apreciação do Tribunal de Contas, com o fim de apreciar a legalidade de arrecadação das receitas; apreciar a legalidade das despesas assumidas, autorizadas e pagas, e, tratando-se de contratos, se as suas condições foram as mais vantajosas á data da respetiva celebração. Neste último fim estão subjacentes os critérios de racionalidade e económica, em particular, os frequentemente citados critérios da economia, eficiência e eficácia. Estes critérios, quando efetivamente utilizados, deverão permitir que o Tribunal exerça uma fiscalização mais substancial do que formal. (Cf. art. º 15.º da Lei n.º 84/IV/93, de 12 de Julho, conjugado com o disposto no art. 1.º do Decreto-Lei n.º 33/89, de 3 de Junho). Responsabilidade é a possibilidade de assumir e respeitar compromissos e de assumir as consequências das ações ou omissões próprias ou alheias. Responsabilidade traduz, também, a capacidade de “prestar contas”.

A **Responsabilidade financeira** traduz a obrigação de prestar contas pela gestão do dinheiro público e a possibilidade de responder pela infração financeira que ocorra no exercício da atividade financeira pública.

Modalidades de responsabilidade financeira: sancionatória e reintegratória

Responsabilidade sancionatória visa prevenir e disciplinar as condutas financeiras dos que gerem dinheiros públicos, impondo-lhes o cumprimento de normas financeiras de forma a evitar riscos, prejuízos ou aproveitamentos indevidos desses mesmos valores.

A responsabilidade sancionatória efetiva-se pelo pagamento de multa. **Responsabilidade reintegratória** pretende assegurar, diretamente, mas a posterior, a integralidade do património, dos dinheiros e valores públicos. A Responsabilidade reintegratória efetiva-se mediante a reposição das importâncias em falta causadas pela prática de uma infração financeira que, além do mais, causou, em concreto, um dano ao erário público. As infrações financeiras típicas geradoras da obrigação de reposição consubstanciam-se em alcance, desvio de dinheiros e pagamentos indevidos. (cf. art.º 36.º da Lei n.º 84/IV/93, de 12 de Julho). Existe alcance quando haja desaparecimento de dinheiro, de outros valores ou falta de justificação da saída de fundos do Estado ou de outras entidades públicas. Existe desvio de dinheiros ou valores públicos quando se prova o seu desaparecimento por ação voluntária de qualquer agente público que a eles tenha acesso por causa do exercício das funções públicas. Consideram-se pagamentos indevidos para o efeito de reposição, os pagamentos ilegais que causarem dano para o erário público, incluindo aqueles a que corresponda contraprestação efetiva que não seja adequada ou proporcional á prossecução das atribuições da entidade em causa ou aos usos normais de determinadas atividades.

Pressupostos da responsabilidade financeira

- Violação de normas financeiras tipificadas: Alcance, desvio e pagamento indevido;
- Através de uma conduta culposa;
- Ocorrência de um dano ao Estado ou a qualquer entidade criada pelo Estado para desempenhar funções administrativas;
- Relação ou nexo de causalidade entre a ilicitude e o dano,

Caracterização da responsabilidade financeira sancionatória e reintegratória é uma responsabilidade delitual, ou seja, pressupõe a verificação da culpa do responsável e individual, nos termos das disposições conjugadas dos no n.º 4 do art.º 7 do Decreto-Lei n.º 33/89, de 3 de Junho, n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 84/IV/93, de 12 de Julho). A responsabilidade financeira reintegratória é solidária, atento o disposto no art. 7.º do Decreto-Lei n.º 33/89, de 3 de Junho. A responsabilidade diz-se solidária, quando cada um dos devedores responde pela prestação integral e esta a todos libera, ou quando cada um dos credores tem a faculdade de exigir, por si só, a prestação integral e esta libera o devedor para com todos eles. (Cf. art. 512.º do Código Civil). O devedor que satisfizer o direito do credor além da parte que lhe compete tem o direito de regresso contra cada um dos convedores, na parte que a estes compete. (Cf. art. 524.º do Código Civil). **Avaliação da culpa** na jurisdição financeira cabo-verdiana a culpa deve ser avaliada de acordo com os seguintes critérios: diligência exigível; boa-fé; risco; competência; natureza das principais funções; montante da lesão dos dinheiros e valores públicos; os meios humanos e materiais existentes no serviço; a gravidade do fato; as suas consequências; o nível hierárquico; a existência de antecedentes, recomendações, clareza da lei, pareceres.

Ónus da prova a prova de que os dinheiros ou valores públicos em causa foram bem geridos deve recair sobre o visado, tendo em conta as obrigações que emergem para todos os que se assumem como fiéis depositários de dinheiros ou valores públicos.No julgamento das contas e para efeito de efetivação de responsabilidade financeira reintegratória compete ao Tribunal apreciar as provas disponíveis indicadoras dos fatos geradores da responsabilidade e aos visados ónus da prova de um bom uso do dinheiro público. Em bom rigor, o que se verifica é uma repartição do ónus da prova entre o julgador e o responsável pela conta em julgamento.

Efetivação da responsabilidade Financeira a responsabilidade financeira reintegratória efetiva-se pelo julgamento das contas ou mediante processo de fixação de débitos dos responsáveis quando haja omissão de prestação de contas. A responsabilidade sancionatória pode efetivar-se através da instauração de um processo autónomo de multa ou no âmbito do julgamento de uma conta de gerência. De acordo com o n.º 3 do art. 39.º e a al. f) do n.º 1 do art. 44.º da Lei n.º 84/IV/93, de 12 de Julho, incumbe á direção dos serviços técnicos do Tribunal de Contas promover a execução das suas decisões e deliberações junto do Tribunal Fiscal e Aduaneiro. Refira-se que, no âmbito da revisão da Lei do Tribunal de Contas, propôs-se que a competência executiva venha a pertencer ao Tribunal de Contas.

Prescrição da responsabilidade financeira

O procedimento judicial para a efetivação da responsabilidade sancionatória prescreve no prazo de cinco anos a contar do termo da gerência em que os fatos ocorreram e a multa prescreve no prazo de dez anos a contar do trânsito em julgado do acórdão condenatório, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 47/89, de 26 de Junho, que aprovou o Regimento do Tribunal de Contas. Se relativamente ao prazo de prescrição do procedimento judicial para efetivação da responsabilidade financeira sancionatória não tem suscitado dúvida quanto á sua interpretação e aplicação, o mesmo não se pode dizer do prazo de prescrição da responsabilidade financeira reintegratória. Há quem entenda que a responsabilidade financeira reintegratória prescreve no prazo de um ano, estribando-se no disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 33/89, de 3 de Junho, que regula a fiscalização sucessiva, cuja epígrafe é prazo de julgamento das contas. Todavia essa interpretação não é defensável, porquanto levaria a resultados indesejáveis, nomeadamente um sem número de prescrições. Sem entrar na dogmática interpretativa, mas atendendo apenas ao elemento racional, nada impede que o Tribunal de Contas julgue uma conta de gerência cujo responsável ainda se encontre no exercício das suas funções ou fora dele, ainda que a conta tenha sido apresentada há mais de um ano. Portanto, o prazo de um ano a que se refere o n.º 1 do artigo 10.º Decreto-lei n.º 33/89, de 3 de Junho deve ser interpretado como um prazo ordenador ou disciplinar; nunca como um prazo peremptório ou prescricional. O mesmo é dizer que o ideal seria julgar todos os processos no mais curto espaço de tempo possível. Porém, como esse desiderato não é fatível, o decurso do prazo de um ano não importa a prescrição da responsabilidade financeira reintegratória.

Então qual é o prazo de prescrição da responsabilidade financeira reintegratória?

O quadro normativo que regula a organização e o funcionamento do Tribunal de Contas é omissso neste aspeto, pelo que se propõe integrar essa lacuna aplicando, por analogia, o prazo de dez anos como prazo de prescrição da responsabilidade financeira reintegratória previsto no n.º 3 do artigo 123.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, que define os princípios e as normas relativos ao regime financeiro da Contabilidade Pública. E tem sido esse o prazo de prescrição adotado pelo Tribunal de Contas.

Ficha Técnica:

Design, maquetagem e conteúdo: Tribunal de Contas de Cabo Verde | Colaboração: Dr. José Carlos Delgado, Dr. Henrique Silva, Engº. Pedro Gomes| Fotografia: Engº. Pedro Gomes